

---

## Humanos e paisagem das terras da Gândara. Uma climocrítica de *Casa na Duna* (1943) e *Finisterra* (1978)

*Humans and landscape of Gândara lands.*

*A climate criticism of Casa na Duna (1943) and Finisterra (1978)*

**Ana Cristina Carvalho**

---



**Edição electrónica**

URL: <https://journals.openedition.org/sociologico/12537>

DOI: 10.4000/130uu

ISSN: 2182-7427

**Editora**

CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade NOVA de Lisboa

**Edição impressa**

Paginação: 81-92

ISSN: 0872-8380

**Refêrencia eletrónica**

Ana Cristina Carvalho, «Humanos e paisagem das terras da Gândara.

Uma climocrítica de *Casa na Duna* (1943) e *Finisterra* (1978)», *Forum Sociológico* [Online], 45 | 2024, posto online no dia 26 dezembro 2024, consultado o 22 fevereiro 2025. URL: <http://journals.openedition.org/sociologico/12537> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/130uu>

---



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

# HUMANOS E PAISAGEM DAS TERRAS DA GÂNDARA. UMA CLIMOCRÍTICA DE CASA NA DUNA (1943) E FINISTERRA (1978)

*HUMANS AND LANDSCAPE OF GÂNDARA LANDS.  
A CLIMATE CRITICISM OF CASA NA DUNA (1943) AND FINISTERRA  
(1978)*

<https://doi.org/10.4000/130uu>

Ana Cristina Carvalho

■ Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH), 1069-061 Lisboa, Portugal. Email: [acristinacarvalho22@gmail.com](mailto:acristinacarvalho22@gmail.com) | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4010-4640>

## Resumo

Partindo da Ecocrítica e na ótica da Ecologia Humana, procede-se a uma análise de dois romances do escritor e poeta português do século XX Carlos de Oliveira. As duas ficções distanciam-se entre si quer no ano de publicação quer na corrente literária, mas coincidem no cenário ancorado na região beirã da Gândara e num tempo de ação nas décadas de 1920 a 1940. Pretende-se assim contribuir para o ainda pouco explorado campo da *climocrítica* no meio académico português. A análise foca-se na representação do elemento clima e sua influência na atividade humana e nas desigualdades sociais, e tem como objetivo secundário questionar o pressuposto ecocrítico de que, dentro da ficção, são os textos realistas os de maior utilidade na informação geográfica e ambiental de um lugar. A hipótese da relevância destas obras para o conhecimento dos antecedentes climáticos daquele território arenoso do litoral português confirma-se pela forte recorrência de vocábulos associados a “chuva” e “vento” e de abundantes alusões narrativas ao clima e seus efeitos no habitante e economia gandrareses.

**Palavras-chave:** ecocrítica; climocrítica; interdisciplinaridade; Carlos de Oliveira

## Abstract

Starting from Ecocriticism and Human Ecology perspective, we analyze two novels by the Portuguese 20th century writer and poet Carlos de Oliveira. The two fictions are distant from each other both in the year of publication and in the literary current, but they coincide in the scenario anchored in the Beira region of *Gândara* and in a time of action between the 1920s and the 1940s. The aim is to contribute to the still little explored field of *climate criticism* in the Portuguese academic community. The analysis focuses on the representation of the climate element and its influence on human activity and social inequalities, and its secondary objective is to question the ecocritical assumption that, amongst fictional texts, realistic ones are the most useful in providing geographic and environmental information about a place. The hypothesis that these works are relevant to the knowledge of the climatic antecedents of that sandy territory on the Portuguese coast is confirmed by the strong recurrence of words associated with “rain” and “wind” and of references to the climate and its effects on the *Gândara* population and economy.

**Keywords:** ecocriticism; climate criticism; interdisciplinarity; Carlos de Oliveira

## INTRODUÇÃO

### Enquadramento

Este artigo enquadra-se na área das *Environmental Humanities*, no sentido lato dado por Soper (2011, p. 26): “Humanities can help to keep open a debate about the nature of prosperity and human wellbeing – and that their input will be essential to any transition to a more sustainable and rewarding future.” Em particular, insere-se na Ecocrítica literária, enquanto análise do texto literário focada no seu conteúdo ecológico e eco-humano e no seu discurso em prol de uma relação mais equilibrada do ser humano com o ambiente (Coupe, 2000; Garrard, 2006; Glotfelty, 1996) – lançando assim uma ponte para o domínio da Ecologia Humana. Estes três autores convergem na ideia de que as questões ambientais, dada a sua relevância para as sociedades, devem assumir um lugar nos estudos literários equiparável ao dos grandes temas clássicos. Como resume Coupe (2000, p. 302), a Ecocrítica é “an emergent academic movement which seeks to ensure that nature is given as much attention within humanities as is currently given to gender, class and race”.

O termo “Ecocrítica” foi cunhado pelo americano William Rueckert, no seu artigo de 1978 “Literature and Ecology: An Experiment in Ecocriticism” (Rueckert, 1978, como citado em Glotfelty & Fromm, 1996). Duas décadas anterior a prementes temas ecológicos que hoje ocupam as preocupações e discursos cívicos e políticos – como as alterações climáticas ou a acumulação de matérias plásticas nos oceanos –, mas posterior ao marco literário de consciencialização ambiental que foi *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson, o trabalho de Rueckert defendia que o pluralismo da crítica deve visar novos temas fundamentais à sociedade, cabendo ao ecocrítico abordar questões concretas como a de “keeping the human community from destroying the natural community and, with it, the human community” (Rueckert, 1978, p. 107). Mas o início da década de 1970 já assistira a alguns trabalhos seminais de Ecocrítica, como o de Joseph Meeker (1972) *A Comedy of Survival: Studies in Literary Ecology*, “um título [que] funcionou como um prenúncio da rapidez com que o debate ambiental transgrediu os limites da Ciência, alojando-se também na Literatura” (Carvalho, 2016, p. 36). Recuando mais ainda, descobrimos os antecedentes do cruzamento entre Literatura e Ecologia/Ambiente em 1923, quando Norman Foerster escreveu *Nature in American Literature* – “uma contemporaneidade com os primórdios da Ecologia Humana, também nos Estados Unidos” (Carvalho, 2016, p. 39).

Em Portugal, a Ecocrítica tem evoluído graças a investigadores oriundos sobretudo dos Estudos Literários, mas também das Ciências Naturais. É o caso, entre outros, de Lourenço e Silvestre (2011),

coordenadores de um volume congregador de diferentes perspetivas da categoria “espaço” na Literatura Portuguesa; de Jacinto (2021) e seus estudos sobre a representação literária da geografia das Beiras, especialmente na obra de Fernando Namora; de Mendes, cujo artigo de 2020 fornece uma súmula inédita da evolução internacional da área ecocrítica; de Almeida (2023), com os seus trabalhos sobre a “Geografia sentimental” de Aquilino Ribeiro; ou Carvalho (2016), com a ecoanálise da obra de ficção de Ferreira de Castro ambientada em Portugal. Mas parece ainda muito pouco explorada, no nosso país e no estrangeiro, a ecocrítica direcionada para a figuração climática dos cenários envolvidos nas obras de ficção. Um lapso pouco compreensível, sendo o clima um fator já não apenas natural, mas também eco-humano (no sentido da acentuada interferência antrópica nas suas características e mudanças), crucial e decisivo em toda a atividade humana (Fagan, 2000), e considerando também a evidência global das alterações climáticas, cujos impactes multidimensionais são elevadíssimos a nível social e humano (Santos, 2012; The Intergovernmental Panel on Climate Change [IPCC], 2022).

É verdade que tem progredido a ecocrítica anglo-saxónica da chamada “Clifi” (Schneider-Mayerson, 2018), o setor da literatura de ficção contemporânea que se dedica a imaginar cenários futuros, por vezes apocalípticos, de um novo paradigma climático. Porém, interessa-nos outro registo: em que medida a ficção literária veicula quadros geográfico-climáticos – usando-os como tópico literário relevante no desenvolvimento dos enredos e na definição das personagens – detentores de informação válida para subsidiar a história ambiental dos locais, regiões ou países. Radica-se aí o objetivo deste artigo: mostrar que existem na Literatura Portuguesa obras de ficção com potencial para informar a história eco-humana e climática do território português, potencial ainda pouco valorizado pela análise literária. Em concreto, ilustrar com dois romances de aclamada qualidade literária do ficcionista e poeta Carlos de Oliveira sobre a região portuguesa da Gândara: um neorealista, *Casa na Duna* (1943), o outro imbuído de um certo “realismo fantástico”, *Finisterra: Paisagem e Povoamento* (1978).

### Metodologia geral

Não existe uma unidade metodológica na Ecocrítica, antes um conjunto de práticas diferentes entre si segundo cada autor, orientadas pelo tema comum (Buell, 2005). Neste artigo adotámos o conceito de “climocrítica” segundo Carvalho (2021), expressão em português que a autora faz corresponder à “Ecocrítica climática” de autores como Pérez e Aycock (1995), cujos estudos sobre “a dimensão discursiva da literatura” aplicados à problemática climática são

pertinentes na atualidade. Numa adaptação de Garrard (2006), orientámo-nos pelas questões de partida da representação literária do ambiente e seu valor para a sensibilização ecológica e aplicámo-las ao conteúdo em clima, vegetação e usos humanos dele dependentes: 1) Como é o ambiente biofísico, em especial as particularidades e ciclos climáticos, representado nos dois romances?; 2) Que formas tradicionais da interdependência humana com esse clima e a natureza dos solos são evidenciadas?; 3) Que papel assumem esses patrimônios natural e eco-humano na definição do enredo e na vida das personagens?

Seguiu-se o escrutínio dos dois romances de Carlos de Oliveira, usando um método que consta da seleção de extratos literários temáticos com conteúdo ambiental e climático explícito (através de vocábulos como “duna”, “vegetação”, “frio”, “chuva”, “vento”, etc., e suas famílias semântica e gramatical) ou implícito, aqui exigindo uma inferência do sentido do texto. Por exemplo, a frase “O velho Paulo agradecia a Deus aquela água que era sangue a correr no corpo das suas terras” (Oliveira, 2004, p. 19) revela uma chuva benigna de Inverno, que castigava os pobres sem habitações condignas mas alimentava as terras dos proprietários, apesar de nenhum vocábulo relativo a clima nela surgir. É a técnica de validação de análise de conteúdo proposta por Bardin (1995, p. 39): inferir a partir dos “vestígios” do texto, numa “dedução lógica e justificada” que deteta sentidos latentes e permite uma interpretação controlada.

Finalmente, visando apurar a fidedignidade dos textos para obtermos resultados de confiança que indiquem o seu potencial de utilidade para a história ambiental, a informação recolhida (geográfica, climática, de vegetação e recursos hídricos, entre outra) foi validada por consulta de literatura técnico-científica sobre a região em causa. Tal não significa, como veremos, e contrariamente a Carvalho (2016), que só em textos de matriz realista o ecocrítico obtenha material de trabalho, tanto mais que da ficção literária não podemos esperar um decalque da realidade, mas tão-só uma sua recriação.

O *corpus* literário estudado são o primeiro e o último romances de Carlos de Oliveira (1921-1981), cuja obra está impregnada da terra litoral beirã que lhe acolheu a infância. O primeiro romance, *Casa na Duna*, foi “publicado nos alvares do neorrealismo”, estando “Carlos de Oliveira indiscutivelmente ligado ao período de formação deste movimento” (Martelo, 2000, p. 254). Já *Finisterra*, visto como o seu definitivo afastamento daquela corrente, ilustra como “a evolução literária de Oliveira foi ganhando em poder de criação aquilo que perdeu em peso informativo” (Torres, 1967). É “um texto muito denso, em que as categorias convencionais da narrativa e a paisagem gandraesa surgem diluídas numa escrita com forte carga poética, alegórica e simbólica” (Dionísio, como citado em Gusmão, 1987, s. p.).

Este artigo defende que essa paisagem do passado foi indissociável da ligação eco-humana à terra gandraesa e fortemente castigada pelo quadro climático. Propõe, assim, uma nova interpretação, à luz da Ecocrítica, onde sobressaem as diferentes formas como as personagens projetam no ambiente gandarês as suas trajetórias e a importância dos elementos “terra” e “clima” não só na caracterização de um cenário geográfico mas no desenvolvimento dos dois enredos.

## O ESCRITOR GANDARÊS E AS TERRAS DA GÂNDARA

### Carlos de Oliveira

Foi um dos mais talentosos escritores portugueses do século XX, autor de uma obra em prosa e poesia fundamental “na renovação de um novo realismo literário, moderno, sensível, dramático e extraordinariamente bem escrito” (Sousa, 2013). Uma obra conhecida por uma elevada consciência poética e uma aturada reescrita, processo que incidia “sobretudo no plano discursivo” (Martelo, 2000, p. 252). Ao longo dos anos colaborou, nomeadamente, na *Seara Nova* e na *Vértice*, e publicou em coleções onde se afirmou o neorrealismo, como “Novo Cancioneiro” e “Novos Prosadores”. Os trabalhos em prosa correspondem a cinco romances publicados entre 1943 e 1978 – *Casa na Duna*, *Alcateia*, *Pequenos Burgueses*, *Uma Abelha na Chuva* e *Finisterra* – e ao volume de curtas narrativas *O Aprendiz de Feiticeiro* (1971). Foi uma obra iniciada na Gândara, a sua “pátria dos sentidos”, que depois se abriu a “outras paragens (geográficas, que não afetivas)”, mesmo quando os seus horizontes de humanista eram “os mais largos, capazes de abarcar o mundo todo” (Mendes, s. d., s. p.).

Carlos de Oliveira estudou Ciências Histórico-Filosóficas na Universidade de Coimbra, no início de década de 1940, quando “era muito forte a dinâmica de renovação literária subsequente ao modernismo português”, marcada pelos inícios do movimento neorrealista (Dionísio, 1987, s. p.). Nessa atmosfera cultural lançou o seu primeiro livro de poesia, *Turismo* (1942). CO nasceu na cidade amazônica de Belém do Pará em 1921, filho de emigrantes regressados a Portugal dois anos depois e instalados no concelho gandarês de Cantanhede, numa “aldeia pobríssima: Nossa Senhora das Febres. Lagoas pantanosas, desolação, calcário, areia. Cresci cercado pela grande pobreza dos camponeses, por uma mortalidade infantil enorme, uma emigração espantosa. [...]”, escreve na Introdução de *O Aprendiz de Feiticeiro* (Oliveira, 1971, p. 67). Não existem estudos rigorosos sobre a arte, a personalidade e a ideologia do escritor, mas parece evidente que da sua produção literária ressalta a marca de infância e adolescência vividas naquele meio pobre e rural. A Amazônia e a Gândara são,

assim, as duas primeiras paisagens em que viveu. Para Gusmão (1987, s. p.), as palavras de Carlos de Oliveira na descrição das aldeias e da paisagem são “uma geografia humana literária”.

### A Gândara

O termo “gândara” é muito anterior à ocupação romana e aparece em galego, galaico-português, leonês e asturiano com o sentido de território arenoso de difícil aproveitamento agrícola. É “utilizado pela Geografia Física para designar [...] extensas planuras de formações arenosas e improdutivas” (Amaral, 1999, p. 1390), um terreno onde apenas crescem espontaneamente plantas pouco exigentes de solos ricos. Território de transição entre o mar e o interior,

“A Gândara é uma permanente dualidade de paisagens e valores que se complementam. Do pescador ao agricultor, do palheiro à casa gandaresa, dos barcos aos bois, do barro aos poços de irrigação, tudo é arte do Homem que aqui viveu e vive!”

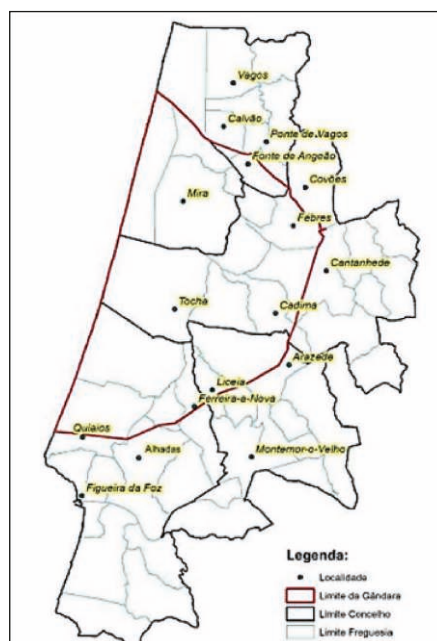
lê-se no painel “Da Terra ao Mar, do Mar à Terra”, da exposição permanente do Museu do Território da Gândara, em Mira<sup>1</sup>.

A delimitação do espaço gandarês tem variado com o tempo e os autores (Tomé, 2015), mas em dois aspetos os geógrafos convergem: a) A Gândara constitui uma subunidade regional no Centro Litoral Português com cerca de 500 km<sup>2</sup>; e b) num sentido sul/norte, o território parte da Serra da Boa Viagem, que a delimita a sul (Cravidão, 1988; Tomé, 2015), até ao rio Vouga, sua fronteira norte. Inserida na NUT (Nomenclatura das Unidades Territoriais) II da Região Centro e NUT III “Região de Coimbra”, na antiga província da Beira Litoral e no distrito de Coimbra, a Gândara forma uma “meia-lua” virada ao Atlântico, desde a parte norte do concelho da Figueira da Foz até ao sul do concelho de Vagos (Figura 1), ocupando ainda parte dos concelhos de Montemor-o-Velho, Cantanhede e Vagos e a totalidade do concelho de Mira, “autoproclamado como o coração da Gândara” (Tomé, 2015, p. 17).

Este território marcadamente rural sofreu intensos fluxos migratórios e caracterizou-se por “indicadores relativos à estrutura social da população [que] se aproximaram quase sempre mais das regiões do Interior do país do que do Litoral onde se situa” (Cravidão, 1988, p. 34). Do final do século XIX até meados dos anos 90 a oscilação da população foi uma constante, devido à escassez de recursos e às vagas de emigração, uma delas no final do século XIX, com destino ao Brasil. Tal como sucedeu em todo o país, para os gandareses que

ficaram, a agricultura foi a atividade dominante, complementada, a partir dos anos 70, com a criação de gado leiteiro (Cravidão, 1988).

**Figura 1** ▶ Mapa da região litoral beirã da Gândara com os limites dos cinco concelhos envolvidos



Fonte: Tomé (2015, p. 16).

Biofísicamente, a Gândara distingue-se pela planura e solos arenosos, com declives suaves e uma altitude que oscila entre os 25-30 m e os 100 m. “Esta planura é perturbada a oriente pelos vales e subafluentes do Mondego e mais a norte pelo rio Vouga e os seus afluentes” e a ligação à ria de Aveiro feita ainda hoje através de linhas de água doce (Tomé, 2015, p. 18). A paisagem atual continua marcada pela alternância entre espaços de cultivo e de pinhal, resultante este da plantação em larga escala do primeiro quartel do século XX, no intuito de travar o avanço das dunas primárias por ação do vento, que frequentemente invadiam os terrenos agrícolas mais interiores (Tomé, 2015). De resto, segundo o mesmo autor, o quadro paisagístico é variado, com terrenos de cultivo de curta extensão, ao lado de prados e várzeas húmidas, com renques de choupos e salgueiros a ladear os cursos de água. A vegetação natural arbórea é composta maioritariamente pelo pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*); a nível arbustivo, pelo tojo (*Ulex europaeus*), o queiró (*Calluna vulgaris*) e, mais perto da linha de costa, a camarinheira (*Corema album*) e o rosmaninho (*Lavandula stoechas*) (Tomé, 2015).

Um dos emblemas naturais da Gândara é as muitas lagoas, formadas graças à existência de toa-lhas freáticas próximas da superfície e de depressões

naturais de terreno com relativa impermeabilidade (Almeida, 1992, como citado em Tomé, 2015), a que se somam os declives pouco acentuados, impedindo o escoamento das águas até à linha de costa (Tomé, 2015); esta característica morfológica era um problema nos invernos mais rigorosos, levando ao isolamento de pequenas povoações e à inundação de depressões cultivadas.

Nas formas de aproveitamento dos recursos aquíferos, além dos engenhos de moagem, dominavam os poços, de onde era tirada a água com a ajuda de bois. Todas as grandes casas de lavoura tinham um poço aberto farrado a adobe, em que assentava a nora. Mesmo assim, foi penoso o aproveitamento do solo por parte do habitante gandarês, que fez da agricultura a sua mais significativa forma de subsistência, sem poder descurar a atividade piscatória e a exploração de gado. A citada exposição do Museu do Território da Gândara fala das culturas tradicionais de milho grosso, feijão, batata, arroz e outros produtos hortícolas. Da ocupação humana da região faz parte o recurso constante a fertilizações do solo a partir do moliço (algas), que os rudimentares barcos moliceiros colhiam nas lagoas e no mar. Mostraremos que boa parte desta tradição regional serve de fundo aos dois romances e enriquece-os.

## A GÂNDARA ROMANCEADA: O PRINCÍPIO E O FIM

### Casa na Duna (1943)

O primeiro romance de Carlos de Oliveira, escrito aos vinte e dois anos de idade, revela a fidelidade às temáticas e estética do neorealismo. A narrativa vive de uma estrutura simples, com capítulos breves, num estilo de parágrafos curtos e falas sucintas, através da qual o leitor é “guiado” por um narrador onisciente, que tudo vê, ouve e sabe. Uma expressão literária a que Sousa (2013, p. III) chamou “escrita cinematográfica”. Na base da história estão um casarão tradicional e a terra – a “duna” – em que assenta. Protagonizam o enredo duas gerações de proprietários de terras, uma pequena burguesia provinciana encabeçada pela personagem Mariano Paulo. Após enviuvar, a vida de Mariano passa a ser “areenta como o chão da quinta” de que é dono (Oliveira, 2004, p. 8) e a desgraça transgeracional da família insinua-se como o preço a pagar por gerações de Paulos “abocanhando tudo: pinhal, searas e pousios” em redor (Oliveira, 2004, p. 11), a preços miúdos. Mas este empregador não é imune a avessos económicos, que advêm, como veremos, das contingências do tempo atmosférico e seus efeitos nas culturas.

O leque de personagens, construído para veicular a mensagem cara ao humanismo literário do autor, inclui o médico Seabra e um conjunto de

figuras de assalariados e camponeses representativo do povo: “Na quinta, tudo nascia da sua paciência” (Oliveira, 2004, p. 35). Seabra sofre uma evolução lenta, ao longo das décadas e das páginas, acabando por assumir consciência social. É ele a voz do autor quando alerta Mariano para os camponeses da aldeia, que voltavam “empaludados” das campanhas agrícolas do Ribatejo, gastando em quinino, “numa semana, a fêria amealhada em três meses nos charcos do arroz e acaba[ndo] por ficar a curtir sezões o resto da vida”; homens que “vêm acabar a Corrocovo sem um naco de broa, sem enxerga. [...] Não falo já doutras aspirações, de alegria, de felicidade, dum destino digno. Falo das coisas primárias, inadiáveis: alimentação, cobertores, remédios” (Oliveira, 2004, p. 99).

Alguns elementos narrativos apontam para um arco temporal nas décadas de 1930-40. Era o tempo do tifo nas aldeias, do toque das trindades, do trabalho de enxada, da “uva esmagada sem prensas, o milho escarolado à mão” (Oliveira, 2004, p. 35); das charretes guiadas por égua ou cavalo em “caminhos de bois” por entre pinhais e mato, das contas feitas em ceitis. Esse “tempo” pode ser visto como personagem, dado o seu papel simbólico e abrupto no desfecho da história e considerando a resistência de Mariano à mecanização agrícola e à modernização da quinta. Ou pode ser usado pelo escritor como uma imagem tópica para o atraso e fechamento ao exterior do Portugal de então, apoiando a clara denúncia das iniquidades sociais. De qualquer forma, a dimensão espacial, geográfica, de *Casa na Duna* sobrepõe-se à dimensão temporal.

O que importa à perspetiva climocrítica é que o modelo social daquele tempo naquele local era, no romance, indissociável da ligação à terra e ao clima. É ainda o Dr. Seabra que, por ocasião de uma figura vagueando pelos matos de urze, lembra os “pobres esfomeados, refugiando-se na gândara, à beira dum povoado, onde há quintais, adegas, celeiros, para assaltar de noite. [...] – Mas doido, esfomeado ou criminoso, temos de concordar com isto: é miséria” (Oliveira, 2004, p. 72). Gusmão (1987, s. p.) resume bem este veio nuclear da obra de Carlos de Oliveira: “é um dos mais claros e rigorosos casos de conjugação entre uma dor ou paixão pessoal e uma dor ou paixão coletiva”.

### Finisterra: Paisagem e Povoamento (1978)

Quando a quinta e última obra ficcional de Carlos de Oliveira saiu, três décadas e meia após *Casa na Duna*, a escrita renovadora valeu-lhe nesse ano o Prémio Cidade de Lisboa, apesar da resistência do meio literário à sua classificação como “romance”. Gusmão (1987, s. p.) disse de *Finisterra* ser “uma espécie de apoteose desse trabalho de poesia sobre o romance. Romance-poema, ou longo poema em

prosa [...]”. Mantendo a estrutura de estreia, o autor suplementou os trinta e três curtos capítulos da obra com uma Nota Final em que explica a sua génese a partir de “velhos papéis dispersos” “decifrados” e reordenados (Oliveira, 2003a, p. 141), confirmando assim o seu cariz autobiográfico.

O estilo de frases curtas entrecortadas por frequentes apartes entre parênteses obsta à leitura fluída a que os outros romances nos habituaram. A estratégia narrativa, complexa, impõe uma “visão fragmentária” do enredo (Martelo, 2000, p. 259), com constantes mudanças de narrador e de planos temporais. É um texto algo delirante, com um fio diegético simples que a ordem aparentemente ilógica faz parecer complicado. Neste sentido, trata-se de uma obra reveladora da fixação do autor no exercício estilístico, em detrimento da compreensão por parte do leitor, que se debate na busca de um sentido coerente dentro daquele conjunto de fragmentos e memórias. Já vai o romance adiantado quando as peças do *puzzle* começam a encaixar-se. Da história faz parte, para Martelo (2000, p. 251), a “revisitação do tema da casa destruída” presente em *Casa na Duna*. Sob a perspetiva aqui em análise, o cerne temático de *Finisterra* é outro: a resistência de uma família a entregar ao banco a terra que lhe pertence há gerações, incluindo a casa construída pelo avô sobre “uma colina no sul” (Oliveira, 2003a, p. 62) e outrora centro de grande atividade rural. À semelhança do primeiro romance, essa propriedade inscreve-se no ambiente gandarês, que reconhecemos pelas características biofísicas.

A obsessão de Carlos de Oliveira com essa paisagem de infância, exterior e doméstica, atinge em *Finisterra* o seu expoente máximo. Obsessão que coloca nas mentes e ações de uma família de criança, pai, mãe e tio. Podemos de imediato tomar a paisagem como protagonista (que o é em toda a obra de Carlos de Oliveira), mas centremo-nos nas personagens humanas: nenhuma tem nome ou caracterização física, todas se movem como meros elementos da casa, do jardim e do panorama dunar que observam. Muitas vezes surgem pelo meio de jogos de luminosidade, em perfis recortados contra o fundo claro das dunas ou a luz da lareira, ou em incursões num “mundo do fantástico” (Santos, s. d., s. p.) que marca o tempo presente da ação, mas não anula a credibilidade textual necessária à eco-crítica. A criança, as suas memórias, o desenho que faz do jardim e da duna servem de início ao livro. É ela que escuta a difícil negociação dos adultos para salvarem a propriedade.

Em oposição a este núcleo familiar, ganha terreno a personagem coletiva dos “pioneiros” ou “peregrinos”, camponeses que atravessam a paisagem, aparentemente fugindo do calor excessivo do sul, e a quem Carlos de Oliveira atribui um discurso de emancipação, que, “em última instância, indica

a solidariedade da obra com os explorados e oprimidos” (Seeger, s. d., s. p.).

A ausência de referências geográficas é acompanhada pela subjetividade cronológica. O que não impede a presença de dois tempos essenciais, desde logo refletidos no subtítulo – a *Paisagem* é a do presente narrado, decomposto noutros “subtempos” que correspondem a pelo menos duas gerações: o tempo das fábricas alimentadas a lenha, das leis do morgadio, das fotografias sem cor; e o tempo antigo do povoamento, um grande plano temporal das décadas e séculos anteriores, evocado pelo autor como fundo histórico da paisagem e para clarificar a questão central da propriedade em vias de sair das mãos da família. Na interpretação de Gusmão (1987, s. p.),

Há uma tremenda força coesiva na sua obra, uma rede de ecos e relações que estreitamente une os seus diferentes livros, a poesia como a prosa, numa unidade complexa mas insistente em torno da(s) paisagem(ns) e do(s) povoamento(s) que desenha e conta

– o mote ideal para a ecocrítica e a climocrítica que se seguem.

## EXPRESSÃO CLIMÁTICA E OCUPAÇÃO HUMANA

Na gândara há aldeolas ermas, esquecidas entre pinhais, no fim do mundo. Nelas vivem homens semeando e colhendo, quando o estio poupa as espigas e o inverno não desaba em chuva e lama. Porque então são ramagens torcidas, barrancos, solidão, naquelas terras pobres. Ao fundo dum desses sítios, há uma pequena lagoa que o calor de julho seca. [...] Quando a água se escoar, a concha gretada está coberta de bunho. As mulheres ceifam-no, estendem-no ao sol, e entrançam esteiras que vão vender às feiras da vila de Corgos. [...] O charco espalha sezões nos casebres à borda de água e agasalha as aves para os senhores da aldeia derrubarem a tiro. (Oliveira, 2003b, p. 7)

Começa assim o romance de 1943, condensando em poucas linhas o essencial da paisagem gandraesa – “paisagem matricial do imaginário literário” de Carlos de Oliveira, escreveu Viçoso (2020, p. 118) –, da sua construção antrópica e do alto preço pago pelos camponeses por viverem junto às águas paradas. O leitor é imediatamente situado num ambiente arenoso com abundância hídrica, privilégio que não tem na ficção de 1978, *Finisterra*. Enquanto *Casa na Duna* se centra numa paisagem dinâmica e produtiva, com base nas terras “gastas de ano para ano” (Oliveira, 2004, p. 70), já “farta[s] de sementeiras” (Viçoso, 2020, p. 94), a prosa poética de *Finisterra* oferece

fragmentos paisagísticos mediados pela percepção das personagens: o desenho da criança, a pirogravura da mãe, a maquete do pai feita de areia, cinza e sal. É também uma paisagem da memória, que parte de um jardim familiar ressequido, resultado da “primeira fase do abandono” (Oliveira, 2003a, p. 9), abrindo-se depois à amplidão do ecossistema dunar. Uma aproximação às “paisagens calcinadas, mortas”, que, segundo Eiras (2014, p. 113), ocupam a poesia de Carlos de Oliveira.

Em ambos os livros se sente ou pressente a proximidade do mar. *Casa na Duna* mostra-o indiretamente, durante um passeio de Mariano pela lagoa: “Abafa-se no verão”, mas “No resto do ano corre por ali um vento resinoso e salgado: vem do mar, adensa-se entre os pinhais” (Oliveira, 2004, p. 51). Em *Finisterra*, o último plano da paisagem avistada da janela é “uma nesga de azul [que] pode parecer ao mesmo tempo céu e mar”, o remate de um quadro de aridez composto por uma “primeira zona de areia”, seguida de “uma faixa estreita de gramíneas” “submersas” pela evaporação da lagoa, passíveis de “clarear ou escurecer sob a declinação do sol” e, já “Na outra margem, a linha das dunas” (Oliveira, 2003a, p. 11). Sendo certo que este romance “põe em causa pressupostos como *realismo, objetividade e representação*” (Seeger, s. d.), estes excertos trazem um quadro objetivo do ambiente gandarês, mostrando-se úteis à avaliação ecocrítica.

No que respeita aos pinhais dunares, se na história da família Paulo (*Casa na Duna*) estes povoam abundantemente as páginas, mostrando um uso do solo e uma fonte de rendimento que se estendem até à atualidade, no livro da família sem nome (*Finisterra*) a sua figuração alterna entre registos mais e menos realistas. Por um lado, há nos capítulos XXXI e XXXII descrições da evolução paisagística local com muito colorido e florestas imaginárias e, sobretudo, o pinheiro-bravo surge como um “enigma a resolver” pelos pioneiros originários do Sul, através do recurso literário em que o autor imagina a chegada daqueles às dunas e o seu estranhamento perante um arvoredo diferente, de árvores altas e estreitas com “dez vezes a altura dum sobreiro” (Oliveira, 2003a, p. 115). Mas por outro lado, o facto de *Finisterra* atribuir relevância paisagística às matas de *Pinus pinaster* nos solos de areia está em conformidade com o Mapa de Distribuição Nacional do pinheiro-bravo (1881)<sup>2</sup>. Ou seja, ambos os romances têm garantida a sua fidedignidade neste aspeto concreto da biofísica da região.

O clima, por seu lado, presta-se a menos *nuances* de interpretação e fantasia. Já na curta narrativa “Chuva”, publicada em *O Aprendiz de Feiticeiro* (Oliveira, 1971), Carlos de Oliveira mostrara o seu fascínio pelas ocorrências meteorológicas, absorvendo-as da realidade climática da região de Coimbra e devolvendo-as ao papel de forma quase monográfica, replicando a pluviosidade nas décadas de 1960-70 (Carvalho, 2021). Nos dois romances

aqui em análise, o clima mediterrânico de influência atlântica tem presença igualmente determinante, assomando desde o início à flor do texto, rondando sempre; em certos dias é apenas “um vento manso mas carregado de neve” (Oliveira, 2004, p. 9), mas geralmente martiriza a vida das personagens, sobretudo em *Casa na Duna*. O casamento de Mariano Paulo com Conceição cumpre-se numa “manhã chuvosa, enevoada”, de um Novembro “carregado duma neblina turva que rasava a terra dias inteiros” (Oliveira, 2004, p. 17); uma tarde “abre-se em água” na procissão de Nossa Senhora da Lagoa, a chuva trespassando o padre Alípio “da sobrepeliz à camisola interior” (Oliveira, 2004, p. 124); o privilegiado Hilário Paulo “gostava do inverno à solta. Céus a desabar, casebres submersos, pinhais vergados ao peso das bâtegas, água e vento contra a janela” (Oliveira, 2004, p. 57).

Em *Finisterra*, “relâmpagos cor de carbureto” desabam sobre aldeias (Oliveira, 2003a, p. 15), ouvem-se muitos temporais em fúria; “As trovoadas não param”, os raios “matam gente e gado, incendeiam casas, fendem pinhais inteiros” (Oliveira, 2003a, pp. 22-23). A ação inicial decorre sob uma chuva de verão, numa tarde “tão cheia de água” que expulsa a criança do jardim: “O revérbero entre as nuvens colhe-o de surpresa e extingue-se, mas chega para abrir uma fenda (irreparável) na memória”; “Então produz de cór [sic] a paisagem que se vê da janela, cria os seres primordiais, mistura verão e inverno” (Oliveira, 2003a, p. 9). Começa logo aqui a mistura de realidade e sonho, seguida da alusão a uma planta suculenta que povoará o livro até ao fim, mas não pertence à flora dunar – a “gisandra”. E reaparecem os elementos biofísicos fundamentais na escrita de Carlos de Oliveira: areia, dunas, a lagoa, gramíneas, chuva e vento, as estações do ano, as “aves brancas”.

Encontramos frequentemente parágrafos de poética amenidade nas descrições do ambiente gandarês, como este de *Casa na Duna* (Oliveira, 2004, p. 21): “As serras apareciam ao longe, aéreas, numa cor de pérola, a primavera explodia nas árvores nuas com a força dum toiro, as aves rasgavam o ar mais leve das manhãs.” Ou este outro do romance de 1978, sobre os fósseis de ostras achados na duna: “Mal posso imaginar o jogo imemorial das marés, os milhares de pequenas esferas fiscando na água preciosa, arrastadas de vertente em vertente, sempre mais para o fundo, até se apagarem.” Porém, o que nos chega são habitualmente recriações da orgânica da paisagem. É o caso da descrição sucinta do ciclo de sementeira, colheita e transformação do milho, revelando um determinismo de calendário hoje talvez difícil de conseguir (Oliveira, 2004, pp. 101-102):

É um dia quente de fim de Agosto. A terra escalda e as poucas leiras de milho que restam na planície têm a cor torrada das folhas secas. As eiras estão já cobertas de espigas.

As terras lavradas ficaram nuas. E os vinhedos esperam a vindima. Ranchos de trabalhadores cortarão a uva até outubro. Quando as vinhas ficarem nuas como as terras lavradas, o outono acaba. As primeiras chuvas cairão. [...]

Nas leiras mais distantes, os trabalhadores da quinta apanham o último milho; carros de bois sobem com a carga das espigas; [...]. Mais ao longe, os jornaleiros tiram o chapéu, sacodem o suor da testa, dobram-se outra vez sobre o milho. Eles o semearam e abriram os regos por onde a água chegou às raízes dos canoils. Colhem-no agora, atirando as espigas arrancadas para os largos poceiros. Mais tarde, hão de malhá-lo nas eiras, levá-lo às tulhas de Mariano Paulo, acamar os sacos nas carroças dos armazenistas de Corgos. Aí, perdê-lo-ão de vista.

A matéria predominante nos dois romances é, contudo, o impacto negativo do clima na sobrevivência e nos anseios humanos, com maior ênfase e superior poder descritivo no texto de 1943, em razão das descrições mais realistas e do papel dessa componente ambiental na vida das personagens. O desabafo de Mariano “As letras não esperam, os bancos querem lá saber de secas ou de chuva” (Oliveira, 2004, p. 37) sumariza essa influência sobre o povo e a pequena burguesia de então. A quinta dos Paulos era abastada, mas em certo ano “As colheitas não compensaram. Chuvas fora do tempo apodreceram metade das raízes e o sol quando veio continuou a destruição. Nevoeiro, mildio, lagartas e calor [...]. O vento quente bafejava as culturas, matava por sua conta” (Oliveira, 2004, p. 43).

Nos tempos de calor excessivo, “Chegou o outono e com ele as colheitas quase perdidas. Corrocovo tinha um inverno de fome à sua frente. Não tardaria que as chuvadas se despenhassem das grandes nuvens que desciam do norte” (Oliveira, 2004, p. 47). Corrocovo era uma “aldeia a escorregar pela duna, a mergulhar lá em baixo na lagoa” (Oliveira, 2004, p. 20), e as condições miseráveis de quem a habitava ressaltam de novo na voz do Dr. Seabra, apontando o clima como fator agravador: “O inverno, para eles, é a falta de trabalho e a falta de trabalho é a fome, a doença. Para não falar das casas encharcadas, das crianças mortas” (Oliveira, 2004, pp. 20-21). Esta realidade terá impressionado tanto Carlos de Oliveira que ele delega também no narrador essa denúncia (Oliveira, 2004, p. 19):

A chuva, em grossas bâtegas, derreava o telhado. Firmino concertava os rombos por onde o inverno entrava, mas a água e o vento tornavam a abri-los, ainda maiores.

A lagoa crescera um metro sobre o bunho e invadia, às golfadas, os casebres de Corrocovo. Corrocovo era isto: tocas sem lume, devassadas pelo temporal; crianças quase mortas de frio; os campos alagados; o céu tão baixo que parecia poisar na rama dos pinheiros; chuva insistente, noite e dia. [...]

Os camponeses ansiavam pelo tempo descoberto em que pudessem retomar o trabalho na quinta, ganhar o dia por inteiro.

É uma lógica de causa-efeito que percorre o romance e nos informa sobre aspetos basilares da ecologia humana da época. A sua importância estende-se ao fenómeno da emigração. Carlos de Oliveira fala das “levas de emigrantes” que engrossariam caso se instalasse a maquinaria agrícola, do “povo das terras areentas deband[ando] em massa” (Oliveira, 2004, p. 35) e de outra causa de peso – a inconstância e imprevisibilidade do tempo atmosférico, que ditavam a perda das culturas. A figura que verdadeiramente simboliza este tema é Luciano, jornaleiro da quinta dos Paulos, o qual, com a mulher Palmira, vê o sonho de serem lavradores independentes perder-se devido a um mau inverno, que lhes arrasa as colheitas e aumenta a dívida ao usurário da vila. O capítulo XIV é talvez o mais relevante a ligar as vicissitudes das condições climáticas à perda das culturas e às consequências sociais da fome e da emigração (Oliveira, 2004, pp. 35, 57-59):

A fome alastrava. A estação fria acoitava os homens, os coelhos do mato, os morcegos, e fechava-os nas tocas. [...]

O Miranda só fiava na loja aos pequenos proprietários, que garantiam o pagamento com as terras. Corrocovo comia as courelas, os pedaços de vinha. Quem tinha os braços como único bem pedia às portas.

Luciano Taipa vira o milho da sua leira secar, apodrecer. Escapara meia-dúzia de alqueires, o sustento de poucas semanas, mas não vendera um grão, não apurara um ceitel. O inverno, encrespado, ia passando e o rol da dívida crescia no livro de assentos do Miranda. [...]

Mas se o homem põe, Deus dispõe. E Deus dispusera a desgraça onde Luciano tinha posto a esperança. [...] Quando o inverno findasse, a terra estaria nas mãos do Miranda.

Não foi preciso tanto. Antes que as aves brancas da lagoa e as andorinhas regressassem do sul com a primavera, Luciano Taipa entregou-lhe a leira empenhada e emigrou.

Nada deste ambiente campestre funcional se vislumbra em *Finisterra*. O pai de família descobre, escritas em “letra de pioneiro”, “algumas notas sobre o povoamento (junto ao mar)” que resumem

a fixação humana daquele território, “povoações temporárias nos espeques de pinho; marchas ou contramarchas (das extremas de espuma para as inverneiras); [...] orvalho artificial nas culturas ávidas; areia pouco a pouco arável. [...] as dunas prontas a mover-se; basta um golpe de vento” (Oliveira, 2003a, p. 20). O povoamento, segundo termo da equação de *Finisterra*, tem nestes pioneiros a figura coletiva central. Sem nomes ou detalhes, mencionados apenas na sua múltipla importância de operários da construção da paisagem e testemunhas da história humana que foi emergindo na região. Com eles vem a literatura ao encontro da geografia, batendo certo com as vagas migratórias do século XIX referidas por Cravidão (1988). Da perspectiva do enredo, estes migrantes são fundamentais, pois neles reside o motivo da antiga apropriação da quinta que agora a família tenta conservar.

A questão das ocupações ilegais de terras baldias ocorridas na Gândara no final daquele século, referida por Tomé (2015), é literariamente transmitida por uma dialética entre os adultos da família, o executor e o técnico de hipotecas que os visitam, estes aludindo a “um pecado antigo”, um “inocente primeiro erro: pioneiros ocupando o deserto. [...]”. Falam de “Códigos ilícitos” (Oliveira, 2003a, p. 81), de regras do ordenamento que mudaram. Reconhecem que os pioneiros antepassados da família “Fizeram o povoamento, recriaram (fecundaram) as dunas” e “Partiram do nada, embora o nada não lhes pertencesse” (Oliveira, 2003a, p. 105). São páginas que esclarecem sobre o tópico nuclear da história, apontando claramente para a posse da terra e, por extensão, da casa aí construída. A família contrapõe com a epopeia de “homens que chegam ao deserto; meia dúzia de alfaias [...]; cabanas desabrigadas; criação vagarosa da terra, porque eles criaram-na, depois de Deus [...]”, e deposita a sua esperança em que “A lei há de consagrar um dia a moral histórica, refletir a memória do povoamento [...]” (Oliveira, 2003a, pp. 81-82).

*Casa na Duna*, por seu lado, também referia “a duna que há perto de duzentos anos os pinhais começaram a fixar” (Oliveira, 2004, p. 8). Mas centra-se numa quinta desdobrada “em leiras de pinhal, vinha, milho, pela gândara dentro”. E enquanto em *Finisterra* o povoamento gera uma paisagem que avança e estagna ao ritmo da disponibilidade de recursos e das vagas de migração, em *Casa na Duna* o povoamento irá a reboque da abertura de uma estrada nova, “vinda da vila a furar mato e pinhais, aproximando-se da aldeia” (Oliveira, 2004, p. 114) – evento que impõe o progresso e torna obsoleto o padrão de vida local, personificado na família Paulo. Por isso, o protagonista, num gesto de repúdio de um futuro que chegou de surpresa, ao som de fundo noturno da “toada das rãs” da lagoa (Oliveira, 2004, p. 129), faz imolar pelo fogo a casa e toda uma história familiar.

Outro aspeto da relevância destas duas ficções para a história ambiental e eco-humana da região da Gândara são os casos de adaptação ao empobrecimento dos solos aráveis, aproveitando em alternativa outros recursos naturais, nomeadamente as bolsas de caulino e argila vermelha, também referidos na literatura técnico-científica (Tomé, 2015). Em *Casa na Duna*, “Algumas fortunas da vila, fora a cal que as fizera” (Oliveira, 2004, p. 36), e Mariano dá-nos conta das camadas argilosas da região, quando pela primeira vez olha com um intuito económico para o “pedaço de terra barrenta”, que usará como matéria-prima na sua fabriqueta de telhas. Em *Finisterra* essa função está a cargo do tio da criança, que, na iminência de ver perdida a propriedade e a casa, emerge esperançoso de construir uma fábrica de porcelanas: “Temos a propriedade cheia de sílica, argila e caulino. [...] Quanto à lenha, não falta nos pinhais” (Oliveira, 2003a, p. 38).

## RESULTADOS

Retomando as questões de partida enunciadas em 1.2., a presente análise das ficções de Carlos de Oliveira permitiu verificar-se que (Tabela 1):

- 1) O ambiente biofísico surge expressamente nos dois romances através dos elementos de paisagem como dunas e mar, lagoas, rios e ribeiros, canais e vegetação dunar, que se interligam com as particularidades climáticas. Do ponto de vista específico da categoria climática, foram identificados em *Casa na Duna* 33 excertos com referências significativas para a história, dez dos quais abrem outros tantos capítulos. Em *Finisterra*, esses valores descem para 18 excertos detetados, sendo que sete iniciam capítulos. Estes resultados, somados à forte recorrência de vocábulos relacionados com condições atmosféricas, como “chuva”, “vento”, “inverno”, “tempestade”, etc., evidenciam a importância diegética do clima das duas obras, dada por um conhecimento real e vivenciado por parte do autor.
- 2) Em ambos os romances, mas, de novo, com especial peso em *Casa na Duna*, a história constrói-se com recurso a várias formas tradicionais de interdependência humana com os recursos naturais gandraeses, sempre condicionadas pela natureza pobre dos solos arenosos e pelo clima: é o caso do cultivo de vinha, cereais e produtos hortícolas, da disponibilidade de água subterrânea que alimenta os poços de rega ou das aldeias sujeitas a alagamentos em épocas de grandes chuvadas.
- 3) Contudo, *Casa na Duna* contém matéria informativa mais diversificada do que *Finis-*

**Tabela 1** ▶ Quadro-síntese – Ambiente biofísico e eco-humano da região da Gândara e peso narrativo da categoria “clima” identificados nos romances de Carlos de Oliveira *Casa na Duna* (1943) e *Finisterra* (1978)

	Elementos da paisagem natural	Elementos da paisagem humana. Uso do solo. Aproveitamento dos recursos naturais	Tota de excertos com significado climático	Capítulos iniciados por significado climático
<b><i>Casa na Duna</i> (1943)</b>	Dunas	Pinhais	33	I, IV, VIII, XI, XII, XIII, XIV, XXI, XXIII, XXVIII
	Lagoas	Vinhas		
	Cursos de água de superfície	Campos de cultivo de milho, batata e hortícolas		
	Vegetação dunar (gramíneas)	Fertilização da terra com moliço		
	Mar	Abertura de poços para a rega dos campos		
	Serras	Delimitação da propriedade por marcos de pedra		
	“Maciços de árvores”	Artesanato de bunho		
	Canaviais	Fabrico de tijolos e cal a partir das argilas e caulinos		
		Construção de poços e casas em adobe		
<b><i>Finisterra: Paisagem e Povoamento</i> (1978)</b>		Pinhais	18	I, II, III, VII, X, XI, XXVIII, XXIX
		Campos de cultivo		
		Fabrico de tijolos e cal a partir das argilas e caulinos		
		Casa e jardim		
		Expressamente identificados nos romances como diretamente influenciados pelo clima		

*terra*, no que respeita à realidade biofísica e eco-humana da região da Gândara. Da ótica específica da climocrítica, é em *Casa na Duna* que o escritor atribui às condições climáticas a responsabilidade maior nas desventuras dos habitantes da Gândara, ou seja, a componente ambiental clima opera no romance não apenas como cenário, mas como efetivo fator determinante na vida das personagens e no desenrolar da história.

Em síntese, fica evidenciado que o primeiro romance contém mais matéria informativa no que diz respeito à Ecologia Humana e à sua relação com o clima da região, sem, contudo, podermos desvalorizar o potencial ilustrativo da realidade da Gândara em *Finisterra*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos do objetivo de explorar em duas narrativas ficcionais de Carlos de Oliveira, coincidentes no cenário gandarês e no tempo de ação entre as

décadas de 1920 e 1940 – *Casa na Duna* (1943) e *Finisterra: Paisagem e Povoamento* (1978) –, material relevante dos pontos de vista ecocrítico e climocrítico. A hipótese inicial era a de ambas conterem, apesar do género não realista ou de realismo fantástico da segunda, informação fidedigna suscetível de enriquecer ou confirmar a história eco-humana e climática daquela região litoral beirã, de baixa aptidão agrícola e de difícil aproveitamento humano. A análise desenvolvida em 3. e 4. e esquematicamente sintetizada no Quadro-síntese confirma esta assunção de partida.

Em ambos os romances, a ação sustenta-se nas terras habitadas das areias. Mas *Casa na Duna* parte do presente para o futuro, enquanto *Finisterra* se foca na história do lugar. *Casa na Duna* retrata uma paisagem de trabalho, enquanto *Finisterra* alterna uma paisagem contemplada (no presente) e evocada (nas alusões ao passado). E, se no primeiro texto a relação das personagens – e, por extensão, do leitor – com essa paisagem é sobretudo funcional, em *Finisterra* acontece quase o oposto: essencialmente figurativa, panorâmica, é-nos transmitida através da contemplação das personagens, ficando a sua

dimensão orgânica adstrita ao povoamento humano ancestral. Na primeira obra, a toponímia mista entre realidade e fantasia literária situa-nos na região gandraesa; na segunda, não existem referências geográficas e a localização provável do cenário só pode ser deduzida pelo leitor através de algumas descrições ou, em última instância, na Nota Final do autor, onde confessa ter transcrito *ipsis verbis* frases de uma monografia do padre João Rezende sobre “a região” (Oliveira, 2003a, p. 141)<sup>3</sup>. Esta Nota, por se referir a uma monografia com dados objetivos, confere a *Finisterra: Paisagem e Povoamento* uma fidedignidade na sua representação da realidade gandraesa que o texto ficcional, só por si, não garantia.

Fica assim parcialmente confirmada, com base nestas duas narrativas de Carlos de Oliveira, a hipótese de que, dentro do universo da ficção literária, são os textos realistas os de maior utilidade na informação geográfica e ambiental de um lugar. Esta conclusão harmoniza-se com outros trabalhos ecocríticos e da interface Ambiente e Literatura de ficção publicados em Portugal, nomeadamente aqueles reunidos *Beira(s): Imagens do Ambiente Natural e Humano da Literatura de Ficção* (Carvalho & Vieira, 2023); este volume desenvolve-se em torno de autores e obras de ficção que partilham com os dois romances aqui em análise cenários geográficos de ação localizados na região centro de Portugal, concretamente nas antigas províncias Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa.

Creemos ter demonstrado, para ambos os títulos aqui em estudo, como a Literatura Portuguesa encerra uma memória eco-humana e climática do território português e tem potencial para continuar a ser estudada, tonificando a progressão do campo da Ecocrítica nacional.

### Financiamento

Artigo produzido no âmbito do contrato de trabalho com a NOVA FCSH e do projeto “Representations of mainland Portugal’s Climate in XIX to XXI centuries. Portuguese novels”, decorrente da Bolsa de Investigação Científica do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico – CEECIND/02152/2017 – e financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

### Conflito de interesses

A autora declara não existir conflito de interesses.

### Contribuição da autora

A autora declara ser responsável pela conceptualização e escrita – rascunho original, revisão e edição – do presente trabalho.

### Notas

- <sup>1</sup> Informação obtida presencialmente.
- <sup>2</sup> Coleção Alma Mater (s.d.) (Universidade de Coimbra): <https://am.uc.pt/bib-geral/nabaisconde/item/45046>.
- <sup>3</sup> Refere-se certamente a Rezende (1944).

### Referências

- Almeida, H. (2023). Geografia sentimental: terra e gente na obra ficcional de Aquilino Ribeiro. In A. C. Carvalho & C. C. Vieira (Eds.), *Beira(s): imagens do ambiente natural e humano da literatura de ficção* (pp. 101-119). Colibri. <https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/77348703/Beiras.pdf>
- Amaral, J. A. (1999). Gândara. In VVAA. (Ed.), *Enciclopédia luso-brasileira de cultura – Edição século XXI* (Vol. 12) (p. 1390). Verbo.
- Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bruckmeier, K. (Ed.) (2016). Interaction of nature and society in ecology. In *Social-ecological transformation: reconnecting society and nature* (pp. 69-124). Palgrave Macmillan London. [https://doi.org/10.1057/978-1-137-43828-7\\_3](https://doi.org/10.1057/978-1-137-43828-7_3)
- Buell, L. (2005). *The future of environmental criticism: environmental crisis and literary imagination*. Blackwell publishing.
- Carvalho, A. C. (2016). *A relação eco-humana na vida e na obra de Ferreira de Castro* [Tese de Doutoramento em Ecologia Humana]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/17158>
- Carvalho, A. C. (2021). Ventanias, solamas e chuvadas: traços do clima de Portugal em contos de três escritores. In L. Maly & I. Pires (Eds.), *Arte & ecologia* (pp. 158-183). CICS.NOVA, NOVA FCSH. <https://run.unl.pt/handle/10362/127377>
- Carvalho, A. C., & Vieira, C. C. (2023). *Beira(s): imagens do ambiente natural e humano da literatura de ficção*. Colibri.
- Coleção Alma Mater da Universidade de Coimbra. (s. d.). <https://am.uc.pt/bib-geral/nabaisconde/item/45046>
- Cravidão, F. D. (1988). *A população e o povoamento da Gândara: génese e evolução*. Universidade de Coimbra.
- Eiras, P. (2014). Minério, Gisandra, Wasteland: Carlos de Oliveira e o fim do mundo. *Elyra*, 3, 113-123. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/77755/2/96744.pdf>
- Fagan, B. (2020 [2000]). *A pequena idade do gelo. Como o clima fez a história: 1300-1850*. Alma dos Livros.
- Glotfelty, C. (1996). Literary studies in an age of environmental crisis. In C. Glotfelty & H. Fromm (Eds.), *The ecocriticism in reader: landmarks in literary ecology* (pp. xv-xxxvii). The University of Georgia Press.

- Gusmão, M. (1987). *O homem e a obra: introdução a "Uma abelha na chuva"*. Círculo de Leitores.
- Jacinto, R. (s. d.). *Espaços rurais da Beira: breve geografia das suas paisagens*. Centro de Estudos Ibéricos.
- Jacinto, R. (2021). Fernando Namora: geografia, literatura e a leitura do país. In L. Cunha, P. Santana, L. Lourenço, N. Santos & P. Nossa (Coords.), *Geografia, turismo, território: livro de homenagem a Fernanda Delgado Cravidão* (pp. 337-360). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Johns-Putra, A. (Ed.) (2019). *Climate and literature*. Cambridge University Press.
- Lourenço, A. A., & Silvestre, O. M. (Coords.) (2011). *Literatura, espaço, cartografias*. Centro de Literatura Portuguesa.
- Martelo, R. (2000). Casas destruídas: a revisitação de *Casa na Duna* em Finisterra de Carlos de Oliveira. *Línguas e Literaturas*, XVII, 251-260. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/rl/article/view/8156>
- Mendes, M. do C. (2020). No princípio era a natureza: percursos da ecocrítica. *Anthropocénica*, 1, 94-104. <https://doi.org/10.21814/anthropocénica.3100>
- Mendes, N. (s. d.). Carlos de Oliveira: memória de andarês universal. *Junta de Freguesia de Vila de Febres*. [https://www.freguesiadefebres.pt/freguesia/locais-a-visitar/1-museu\\_casa\\_carlos\\_de\\_oliveira](https://www.freguesiadefebres.pt/freguesia/locais-a-visitar/1-museu_casa_carlos_de_oliveira)
- Museu do Território da Gândara. (s. d.). <https://www.cm-mira.pt/node/144>
- Oliveira, C. de (1971). *O aprendiz de feiticeiro*. Dom Quixote.
- Oliveira, C. de (2003a [1978]). *Finisterra: paisagem e povoamento*. Assírio & Alvim.
- Oliveira, C. de (2003b [1953]). *Uma abelha na chuva*. Assírio & Alvim.
- Oliveira, C. de (2004 [1943]). *Casa na duna*. Assírio & Alvim.
- Pérez, J., & Aycock, W. (Eds.) (1995). *Climate and literature: reflections of environment*. Texas Tech University Press.
- Queirós, A. (2000). *A contribuição dos poetas e prosadores portugueses para a génese da moderna consciência ambientalista* [Dissertação de Mestrado em Filosofia da Natureza e do Ambiente]. Faculdade Letras da Universidade de Lisboa.
- Reis, C. (s. d.). Carlos de Oliveira. In C. Reis, M. Henriques & R. Liparoti (Coords.), *Dicionário de personagens da ficção portuguesa* (s. p.). <http://dp.uc.pt/conteudos/corpus-de-ficcionistas-a-a-z/item/520-oliveira-carlos-de>
- Rezende, J. V. (1944). *Monografia da Gafanha*. Coimbra Editora.
- Rueckert, W. (1996). Literature and ecology: an experiment in ecocriticism. In C. Glotfelty & H. Fromm (Eds.), *The ecocriticism reader* (pp. 105-123). The University of Georgia Press.
- Santos, F. D. (2012). *Alterações globais: os desafios e os riscos presentes e futuros*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Santos, M. B. (2023, junho 20). O mais espantoso romance-poema, o fecho de abóbada de todo um processo criador. *Mais Ribatejo*. <https://maisribatejo.pt/2023/06/20/leituras-inextinguiveis-73-o-mais-espantoso-romance-poema-o-fecho-de-abobada-de-todo-um-processo-criador/>
- Schneider-Mayerson, M. (2018). The influence of climate fiction: an empirical survey of readers. *Environmental Humanities*, 10(2), 473-500.
- Seeger, G. (s. d.). Os peregrinos. In C. Reis, M. Henriques & R. Liparoti (Coords.), *Dicionário de personagens da ficção portuguesa* (s. p.). Centro de Língua Portuguesa. <http://dp.uc.pt/conteudos/entradas-do-dicionario/item/1099-peregrinos>
- Soper, K. (2011). The humanities and the environment: contradiction, crisis and the politics of prosperity. In NIES. (Org.), *The environmental humanities* (p. 26). The Nordic Network for Interdisciplinary Environmental Studies, Division of the History of Science and Technology, KTH Royal Institute of Technology. [https://www.kth.se/polopoly\\_fs/1.198408.1600688717!/Menu/general/column-content/attachment/steven\\_booklet\\_webb.pdf](https://www.kth.se/polopoly_fs/1.198408.1600688717!/Menu/general/column-content/attachment/steven_booklet_webb.pdf)
- Sousa, I. C. (2013). Carlos de Oliveira, de *Casa na Duna* (1943) a *Uma Abelha na Chuva* (1953): o novo romance português do século XX. *Lusofonias* (Supl. *Jornal Tribuna de Macau*), 18, ii-iii.
- The Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). (2022). *IPCC sixth assessment report on climate change 2022*. IPCC. <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>
- Tomé, J. (2015). *A Gândara: determinantes naturais e ocupação de um território* [Dissertação de Mestrado em História]. Repositório da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/29853>
- Torres, A. P. (1967). *Romance: o mundo em equação*. Portugália Editora.
- Viçoso, V. (2020). A representação da Amazônia em Ferreira de Castro e Carlos de Oliveira. In A. C. Carvalho & L. Zanchi (Eds.), *Amazônia: reflexos do lugar nas literaturas portuguesa e brasileira* (pp. 115-127). Colibri.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Recebido a 27/06/2023. Aceite para publicação a 09/05/2024.